

**DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO DE GEOGRAFIA PARA O
PRIMEIRO CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL DE
ENSINO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP - BRASIL**

3-Educación y enseñanza de la geografía
DEÁK, SIMONE CONCEIÇÃO PEREIRA
Secretaria Municipal de Educação - Presidente Prudente/SP – Brasil
E-mail: sideak@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo discutir as questões presentes em torno da construção de um currículo de geografia para as redes municipais a partir da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Tendo em vista que a discussão curricular tem sempre como foco "o que ensinar, como e por que", no Brasil, a partir de 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais trouxeram essa definição enquanto essencial a ser trabalhado em todo o país, utilizando-se do discurso de referencial de qualidade para o Ensino Fundamental, afirmando tratar-se de uma proposta flexível a ser concretizada nas decisões regionais e locais, sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional. Com a municipalização do primeiro ciclo do ensino fundamental a partir de 1998, os professores das redes municipais em sua grande maioria, passaram a seguir os PCN's na construção dos planos de ensino em virtude da ausência de articulação e discussão para a construção de um currículo de geografia que atenda as questões locais. Em Presidente Prudente, estado de São Paulo, a Rede Municipal de Ensino aponta a necessidade da construção de um currículo que atenda a realidade das escolas públicas municipais, constituindo-se de base essencial para todas as suas escolas, direcionando a qualidade da educação a ser oferecida. O ensino da Geografia apresenta peculiaridades e características específicas neste primeiro ciclo que se relacionam a vários fatores complexos no interior das escolas e no que diz respeito à formação dos professores e gestores escolares. Entre essas peculiaridades e características específicas está a ênfase excessiva no processo de alfabetização centrada apenas em duas linguagens, a aprendizagem da Língua Portuguesa (língua materna) e da Matemática, em detrimento das demais áreas de conhecimento, principalmente nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental; a formação do professor do primeiro ciclo, que se caracteriza pela polivalência, que deveria se constituir de fator positivo e importante tendo em vista o trabalho interdisciplinar e o trabalho com projetos, se transforma em entrave devido à ausência de conhecimento dos conteúdos específicos da geografia e do conhecimento de metodologias que permitam um trabalho adequado, que produza sentido e significado a aprendizagem dos conceitos e conteúdos geográficos; as condições de trabalho do professor, no que diz respeito à formação continuada e sua jornada de trabalho; a escolha e o uso dos livros didáticos de geografia, que muitas vezes se constituem de único recurso que o professor dispõe para o trabalho em sala de aula, assim como a ausência de recursos necessários e adequados nas escolas para um trabalho mais efetivo, entre outros fatores que indicam entraves ao ensino de geografia em nossas escolas. Tendo em vista o problema apresentado e algumas de suas peculiaridades e características, nos propomos a aprofundar,

refletir, discutir os principais entraves na construção de um currículo para o ensino de geografia no primeiro ciclo do ensino fundamental, assim como apresentar os principais conteúdos abordados e o enfoque metodológico utilizado pelos professores da Rede Municipal de Ensino de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, através de levantamento realizado a partir dos planos de ensino dos professores, como um primeiro mapeamento, apresentando as discussões presentes sobre o ensino de geografia na Rede Municipal de Presidente Prudente, contribuindo para o debate acerca da necessidade da construção de propostas curriculares para o ensino de geografia a partir das realidades locais e das concepções dos professores.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Currículo; Formação de Professores.

A análise que aqui apresentamos não nos coloca em posição de discordância frente aos Parâmetros Curriculares Nacionais, mas sim ao que representou para a educação brasileira e os reflexos dessa elaboração nas políticas educacionais no Brasil tendo como foco o que ocorre efetivamente hoje nos municípios brasileiros no que diz respeito às discussões curriculares e principalmente a ausência de uma política pública educacional que garanta qualidade no processo de ensino-aprendizagem nas Redes Municipais, a partir do estabelecimento de políticas de formação contínua para os profissionais que atuam nos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental.

Para tanto faremos uma primeira exposição das mudanças ocorridas na Educação Brasileira a partir da década de 1990, procurando contextualizar a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais com base nas mudanças da legislação brasileira enfocando o processo de municipalização do ensino pela transferência de responsabilidades da esfera estadual para o municipal (local) no que diz respeito ao primeiro ciclo do ensino fundamental em grande parte dos municípios brasileiros.

A Emenda Constitucional nº14/96 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9394/96

A Emenda Constitucional nº 14/96, regulamentou os artigos 34, 208,211 e 212 e o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. O artigo 60 vincula receitas de transferências do Município a oferta do Ensino Fundamental, sendo que os 25% obrigatoriamente destinados à educação pelas esferas estadual e municipal, deveriam ser, a partir de então divididos, cabendo obrigatoriamente 15% desses recursos provenientes das receitas de transferências e das receitas próprias

serem destinados ao Ensino Fundamental e os municípios que não assumissem o Ensino Fundamental teriam 15% das receitas de transferências retidas. Para isso criou, através da Lei nº 9.424/96 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

A partir dessa legislação, os municípios iniciaram o processo de municipalização do Ensino Fundamental, em grande parte, apenas do primeiro ciclo (1 a 4ª séries). No Estado de São Paulo, o processo de negociação das escolas se dava com a Secretaria Estadual de Educação e com as DRE's (Diretorias Regionais de Ensino) na escolha e transferência das escolas para o município.

A LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº 9394 aprovada em 20 de dezembro de 1996, vem reafirmar a competência dos municípios na oferta à educação, sendo o oferecimento à educação infantil e o ensino fundamental, com prioridade para o ensino fundamental.

Grande parte dos municípios do Estado de São Paulo, até essas mudanças na legislação mantinham apenas Rede de Educação Infantil e tinham 25% dos recursos obrigatoriamente destinados à educação apenas à esta etapa. Com a Emenda Constitucional nº 14/96, a Lei nº 9.424/96 que criou o FUNDEF e a LDBEN nº 9.394/96, os municípios passaram a ter apenas 10% dos recursos para a manutenção da educação infantil.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais

Após todas as mudanças ocorridas na legislação da educação nacional citado no item anterior, os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) tiveram sua formulação realizada em 1997. Chegaram as Unidades Escolares no início de 1998 e trouxeram o discurso oficial de "referencial curricular de qualidade para a educação" e enquanto o básico e essencial a ser garantido em todo o país. Em suas considerações preliminares do documento "Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais" para o primeiro ciclo do Ensino Fundamental¹ (1ª a 4ª séries) encontramos a seguinte afirmação que respalda nosso comentário,

¹ A partir de 2009, os municípios do estado de São Paulo implantaram no Ensino Fundamental de 9 anos, incluindo a criança de 6 anos, antes pertencente a educação infantil, no ensino fundamental. O primeiro ciclo do ensino fundamental passa a ter 5 anos e está em fase de implantação, gerando algumas dificuldades para os municípios, como a necessidade de contratação de novos professores para suprir a demanda.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual. (PCN Introdução, 1997, p.13)

Outro ponto que o PCN Introdução aborda é a questão da flexibilidade da proposta e abre para a possibilidade de discussões curriculares regionais e locais, colocando aos Estados e Municípios a decisão de currículos que abordem questões relativas à realidade regional e local, contemplando as especificidades de cada Rede de Ensino. Os PCN's afirmam de acordo com o texto a seguir que,

Por sua natureza aberta, configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre os currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Não configuram, portanto, um modelo curricular homogêneo e impositivo, que se sobreporia à competência político-executiva dos Estados e Municípios, à diversidade sociocultural das diferentes regiões do País ou à autonomia de professores e equipes pedagógicas.

O conjunto das proposições aqui expressas responde à necessidade de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do País se organize, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos. Essa igualdade implica necessariamente o acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes. (PCN Introdução, 1997, p.13)

O PCN Introdução trata de toda a apresentação, princípios, fundamentos e organização dos PCN's. No que diz respeito ao processo de elaboração dos PCN's, enfatiza o estudo de propostas curriculares de Estados e Municípios brasileiros, a análise realizada pela Fundação Carlos Chagas sobre os currículos oficiais e do contato com experiências de outros países, e embora enfatize a elaboração de uma versão preliminar e de uma discussão em âmbito nacional em 1995 e 1996, sabemos que esta participação passou apenas por especialistas, enfocados como docentes das Universidades Públicas e Particulares, técnicos de secretarias estaduais e municipais entre outros que não compõem as Redes de Ensino e que não atuam exclusivamente em sala de aula.

No que trata da organização, refere-se à escolaridade em ciclos, uma vez que os PCN's dividem o que se denomina primeiro ciclo do Ensino fundamental em dois, considerando-se que o primeiro ciclo trata-se dos dois primeiros anos (1º e 2º anos/série) e

o segundo ciclo os dois últimos anos do primeiro ciclo (3º e 4º anos/série) do Ensino Fundamental. Em relação à organização do conhecimento escolar, divide em áreas e temas transversais. Como justifica para isso, traz as seguintes considerações,

As diferentes áreas, os conteúdos selecionados em cada uma delas e o tratamento transversal de questões sociais constituem uma representação ampla e plural dos campos de conhecimento e de cultura de nosso tempo(...). O tratamento da área e de seus conteúdos integra uma série de conhecimentos de diferentes disciplinas, que contribuem para a construção de instrumentos de compreensão e intervenção na realidade em que vivem os alunos. A concepção da área evidencia a natureza dos conteúdos tratados, definindo claramente o corpo de conhecimentos e o objeto de aprendizagem, favorecendo aos alunos a construção de representações sobre o que estudam. Essa caracterização da área é importante também para que os professores possam se situar dentro de um conjunto definido e conceitualizado de conhecimentos que pretendam que seus alunos aprendam, condição necessária para proceder a encaminhamentos que auxiliem as aprendizagens com sucesso.(PCN Introdução, 1997, p.62-63)

Como é possível perceber, há uma representação no discurso relativo à área de conhecimento como categoria mais abrangente do que a de disciplina, porém a organização se dá a partir de disciplinas (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia, Arte e Educação Física). Quanto aos Temas Transversais estão enfocando Ética, Meio Ambiente e Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

Os Temas Transversais estão colocados como "*(...)necessidade do tratamento transversal de temáticas sociais da escola, como forma de contemplá-las na sua complexidade, sem restringí-las à abordagem de uma única área*" (PCN Introdução, 1997,p.64).

No que diz respeito aos conteúdos, os PCN's indicam para todas as áreas de conhecimento, a seleção de conhecimentos a partir de uma ressignificação, em que a noção de conteúdo escolar se amplia para além de conceitos, mas que inclua também a aprendizagem de procedimentos e atitudes.

Embora os PCN's em seu documento introdutório indique a elaboração de propostas curriculares regionais e locais, grande parte dos municípios brasileiros, passado 11 anos de sua publicação, ainda não realizaram a construção de propostas curriculares para suas redes de ensino. No estado de São Paulo, poucos são os municípios que realizaram essa discussão e definiram uma proposta para toda a Rede, e mesmo os que realizaram, nem sempre incluíram os professores neste processo.

A elaboração dos PCN's que deveria ter sido o incentivo para que os governos locais investissem no processo de construção de Propostas Curriculares próprias, gerou por parte das administrações municipais uma acomodação em virtude de uma definição de currículo em nível nacional, que não contempla as necessidades dos docentes das Redes locais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia para o primeiro ciclo do Ensino Fundamental

O PCN de Geografia traz como conceito central a relação "homem/ natureza", "sociedade/natureza" e apresenta como habilidades permitir o desenvolvimento de conceitos, procedimentos e atitudes, através da interação de atividades, que aproximem o aluno do entendimento de sua realidade, tendo este que ser capaz de observar, interpretar, identificar o espaço em que vive através de comparações e análises. No que diz respeito ao referencial teórico, não explicitam uma opção teórica, interagindo com o que consideram positivo dos diversos referenciais teóricos que a Geografia já fez uso, mas deixam implícito uma preferência pela abordagem fenomenológica de uma Geografia Cultural. Percebe-se uma abordagem sócio-construtivista, principalmente após a leitura do pensamento de Vigotsky. A construção de conhecimento é uma prática social, em virtude disso, o uso de diversos recursos, estímulos e linguagens.

Quanto aos conteúdos e objetivos para o primeiro ciclo do Ensino Fundamental o PCN de Geografia apresenta a seguinte organização:

Ciclo/série	Conteúdo	Objetivos
Primeiro ciclo (1ª, 2ª série)	<ul style="list-style-type: none"> - O espaço vivido e a paisagem local; - Tudo é natureza: a importância da preservação ambiental; - Transformando a natureza: diferentes paisagens. 	<ul style="list-style-type: none"> - reconhecer, na paisagem local e no lugar em que se encontra inserido, as diferentes manifestações da natureza, a apropriação e transformação pela ação humana; - saber utilizar a observação e a descrição na leitura direta ou indireta da paisagem, sobretudo por meio de ilustrações e da linguagem oral; - reconhecer, no seu cotidiano, os referenciais espaciais de localização, orientação e distância, de modo a deslocar-se com autonomia e representar os

		lugares onde vive e se relaciona.
Segundo ciclo (3ª, 4ª série)	<ul style="list-style-type: none"> - O papel da tecnologia na construção de paisagens urbanas e rurais; - Urbano e rural: modos de vida; - Comparar paisagens urbanas e rurais; - Reconhecer o papel das tecnologias na elaboração das paisagens e fazer uso de representações cartográficas, assim como organizar pesquisas e elaborar análises do pesquisado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer a partir do lugar em que o aluno está inserido, semelhanças e diferenças entre os modos de vida na cidade e no campo, relativas ao trabalho, à construções e moradias, aos hábitos cotidianos; - Saber utilizar procedimentos de observação, descrição, comparação e na coleta de informações e elaboração de análises; - Saber utilizar a linguagem cartográfica e interpretar informações.

Esta breve descrição dos principais pontos que compõem os PCN de Geografia tem como objetivo apresentar e explicitar a proposta que tem sido utilizada por grande parte dos professores para a construção dos seus planos de ensino, e para a orientação da sua prática pedagógica. Uma grande maioria, e principalmente no que diz respeito ao ensino de Geografia, recorrem aos livros didáticos que segundo as editoras afirmam, estão de acordo com os PCN's. Muitos professores alegam dificuldades em executar a proposta trazida pelo PCN de Geografia, assim como de outras disciplinas, fato que pode ser explicado em decorrência da formação do professor do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, que se funda na polivalência, e que normalmente tem sua formação inicial nos cursos de Pedagogia.

A Rede Municipal de Ensino de Presidente Prudente e a formação dos professores

A partir de 1998, a Rede Municipal de Ensino de Presidente Prudente passou pelo processo de municipalização do Ensino Fundamental. Até então, o atendimento da Secretaria Municipal de Educação constituía-se da Educação Infantil e de um número bastante reduzido de salas de EJA (Educação de Jovens e Adultos). O processo de municipalização trouxe para Rede Municipal 11 escolas de Ensino Fundamental, primeiro ciclo, que anteriormente pertenciam a Rede Estadual, mais a criação de algumas salas do Ensino Fundamental nas Unidades Escolares de Educação infantil.

Este processo, trouxe para a Rede Municipal uma realidade até então conhecida por poucos, pois os profissionais da educação em virtude da realidade da Rede, vinham acumulando experiências em torno da Educação Infantil. Tanto os especialistas da Secretaria Municipal de Educação (Seduc), como os gestores das Unidades Escolares (Diretores e Orientadores Pedagógicos) possuíam um conhecimento acumulado nas práticas pedagógicas para a educação infantil.

Em pouco tempo a Rede Municipal possuía 300 professores do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, sem que a Seduc tivesse construído uma política de formação continuada para esses educadores. As primeiras preocupações relacionadas às práticas pedagógicas tiveram e ainda tem enfoque na alfabetização, na Língua Portuguesa e na Matemática. Os cursos de formação, em sua maioria, tem focado principalmente às questões relativas à alfabetização da Língua Materna, ficando a formação continuada das demais áreas do conhecimento/disciplinas e outras linguagens inexistentes e/ou em segundo plano.

Existe por parte dos gestores das Unidades Escolares a reivindicação acerca da construção de um Currículo para Rede Municipal contemplando todas as disciplinas do currículo escolar e que atenda as especificidades locais, e as questões teóricas e metodológicas a partir das opções realizadas pelos docentes.

Acreditamos que um processo de construção curricular deverá ocorrer a partir de discussões sobre a prática pedagógica realizada, os referenciais nacionais, as questões locais que devem ser abordadas entre outras, constituindo-se de processo formativo dentro e fora das Unidades Escolares.

Desafios à construção de uma Proposta Curricular para o Ensino de Geografia na Rede Municipal de Educação de Presidente Prudente

Neste item, alguns desafios serão apontados, sendo que não se restringem apenas a construção de uma Proposta Curricular para o Ensino de Geografia no primeiro ciclo do ensino fundamental, mas também a outras disciplinas escolares. Dentre os desafios, considero o principal deles o citado por Callai&Callai, 2003, p.65,

Nas séries iniciais do ensino fundamental a ênfase do trabalho docente é a alfabetização, na maioria das vezes compreendida como aquisição da leitura e da escrita, secundariamente o domínio das quatro operações - somar, diminuir,

multiplicar e dividir. Muito raramente, de forma difusa e confusa, há lugar para estudos sociais.

A hierarquia existente entre as disciplinas na educação escolar é um dos principais entraves, e no primeiro ciclo do Ensino Fundamental isso é reforçado, uma vez que aprendizagem da leitura e da escrita tem destaque, por tratar-se, na grande maioria, de crianças não alfabetizadas. Um outro exemplo disso, é a destinação na grade curricular da carga horária para disciplinas como Geografia e História, sempre menor que dos demais componentes curriculares.

Um outro ponto, diz respeito à formação inicial dos professores, dos gestores, e dos especialistas da Seduc, em grande parte pedagogos, com algumas poucas exceções, cuja formação inicial não possui um maior aprofundamento acerca da área de conhecimento/disciplina. Como o professor do primeiro ciclo do ensino fundamental é polivalente tem a responsabilidade do trabalho com todas as áreas do conhecimento e deveria ser capaz de trabalhar a partir de um enfoque interdisciplinar, porém, o que ocorre é a permanência da fragmentação do conhecimento em disciplinas. O número de professores que utiliza propostas interdisciplinares, como trabalho com projetos, estudo do meio, atividades extra-sala e outras ainda é muito pequeno.

O PCN, enquanto único documento oficial seguido por todos para a construção dos planos de ensino e conseqüentemente para a prática pedagógica dos professores mantém a fragmentação do conhecimento, uma vez que também foi construído em bases disciplinares. Os Livros Didáticos constituem-se de opção alternativa a ser usada pelos professores no cotidiano escolar, mas acabam transformando-se em recurso didático principal no que diz respeito ao ensino da geografia.

Já foram levantadas várias vezes a necessidade de assessorias específicas para a discussão curricular, e em todos estes momentos, foram descartadas pela chefia, alegando ausência de recursos.

A construção de um currículo para a Rede Municipal de Ensino, constitui-se de discussão necessária e enriquecedora para o processo formativo dos docentes sobre questões fundamentais da sua tarefa diária que são "o que ensinar" e "como ensinar" de modo a romper com a fragmentação do conhecimento escolar e a construir práticas

pedagógicas mais adequadas ao atendimento da diversidade dos alunos que freqüentam atualmente a escola pública.

Diante do exposto, apontamos para a necessidade de políticas educacionais para formação continuada dos professores do primeiro ciclo, que aborde questões fundamentais das diversas áreas do conhecimento/disciplinas e de todas as linguagens possíveis e a discussão acerca de um currículo enquanto uma diretriz para o trabalho docente que resulte na melhoria da qualidade de ensino.

Referências Bibliográficas:

CALLAI, Helena Copetti e CALLAI, Jaeme Luiz. *Grupo, espaço e tempo nas séries iniciais*. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). *Geografia em sala de aula: práticas e reflexões*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Associação dos Geógrafos Brasileiros -Seção Porto Alegre, 2003, p. 65-75.

MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais - história e geografia*. Brasília:1997.

MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais - introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: 1997.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. *Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.